



EDUCAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO: UM OLHAR PARA OS CADERNOS DE TEXTO DA MARCHA DAS MARGARIDAS DE 2023

Alice Vieira Lima Cavalcante¹

RESUMO: A Marcha das Margaridas (MM) é uma ação estratégica protagonizada por mulheres dos campos, das águas e das florestas, cujo momento de maior visibilidade se dá de quatro em quatro anos, em Brasília, quando milhares de Margaridas de todo Brasil se unem em marcha na capital federal. Contudo, para a discussão aqui proposta, é de interesse o momento de preparação para a MM. O presente artigo objetiva trabalhar com o aspecto de formação política da ação, tendo como foco os cadernos de textos da 7ª edição da Marcha, ocorrida em 2023, a fim de verificar os temas trabalhados, as abordagens sensíveis às questões de gênero e os impactos produzidos em termos de educação política para as Margaridas em um processo de reivindicação junto ao Estado. Para isso trabalha-se com autores que discutem a relação entre os movimentos sociais e práticas educativas e é apresentada uma análise do conjunto dos cadernos lançados em 2023, a partir de temas chave para enredar a discussão com foco nas questões atravessadas pelo gênero: corpos-território; participação e representação política das mulheres; a divisão sexual do trabalho. Conclui-se que a formulação do conjunto de cadernos constitui um processo de formação política para as mulheres que o elaboram e o postulam como um material que subsidia debates nas bases sindicais. Entende-se, ainda, que este material funciona como memória política da MM, ao mesmo tempo que fortalece os eixos de reivindicações de caráter interseccional e valoriza o processo de trocas e aprendizados entre as Margaridas, fortalecendo e consolidando um processo contínuo de formação política.

Palavras-chave Marcha das Margaridas. Formação Política. Educação não sexista. Práticas Educativas. Movimentos de Mulheres.

Political education and gender: a close eye at the booklets of the 2023 Marcha das Margaridas

ABSTRACT: *Marcha das Margaridas (MM) is a strategic action carried out by rural women and by water and forests women, whose moment of greatest visibility occurs every four years, in Brasília, when thousands of Margaridas from all over Brazil unite in march at the Federal District. However, the discussion proposed centers the moment of preparation for the MM. This article aims to work on the political formation aspect of the action, focusing on the text notebooks from the 7th edition of the March, which took place in 2023, to verify the themes worked on, the sensitive approaches to gender issues, and the impacts produced in terms of political education for the Margaridas. To this end, we work with authors who discuss the relation between social movements and educational practices, and an analysis of the set of booklets launched in 2023 is presented, based on key themes to weave the discussion with a focus on issues crossed by gender: bodies-territory, the political participation and representation of women, and the sexual division of labor. It is concluded that the formulation of the set of booklets constitutes a process of political formation for the women who prepare it and postulate it as material that subsidizes debates within the union bases. This material functions as a political memory of the MM, while valuing the process of exchanges and learning between the Margaridas, strengthening and consolidating a continuous process of political formation.*

Keywords *Marcha das Margaridas. Political Formation. Non-sexist education. Educational Practices. Women's movements.*

¹ Graduada em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e mestre em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

A Marcha das Margaridas

A Marcha das Margaridas (MM) é uma ação estratégica protagonizada por mulheres dos campos, das águas e das florestas, que se dá na esfera pública, ocorrendo há mais de 20 anos sob coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A MM é composta pelo conjunto de federações do Sistema Contag e suas bases sindicais, por movimentos sociais e por organizações parceiras, que a constroem a partir de suas bases, sendo estas fundamentais para a definição dos lemas, eixos e pautas reivindicatórias a cada edição.

A ação ocorre desde 2000 em Brasília, no centro do poder político do país, para apresentar as demandas construídas e debatidas nessas bases sindicais e entre as organizações que compõem a MM e pressionar para que o Estado ouça as pautas que são defendidas pelas Margaridas e implemente políticas públicas que atendam as reivindicações. Ao disputar politicamente a esfera pública, também atrai visibilidade, voltando as atenções para as mulheres “agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas” (Aguiar, 2015, p.7) e as suas bandeiras, que tomam o eixo monumental na capital federal.

A Marcha das Margaridas se constrói em campanha reivindicatória há mais de duas décadas, de forma que, além do momento da marcha-protesto, há também uma série de estratégias continuadas e uma vasta rede de organizações nacionais e internacionais que dão perenidade ao movimento. Assim, não é apenas no intervalo de quatro em quatro anos, quando há a marcha na capital, que há mobilizações das Margaridas.

Entre o final de uma edição e o início de outra, são observáveis ações que atestam o fazer contínuo durante o que aqui se nomeia como *entre-marchas*², que diz respeito aos momentos de avaliação, sistematização, organização, formação política e à preparação geral que acontece entre uma edição e outra. Isto posto, no presente artigo, será lançado um olhar para o aspecto da formação política da Marcha das Margaridas.

Desde 2000, ano em que ocorreu a primeira edição da Marcha das Margaridas, um projeto balizador, construído no contexto da Contag, delineia as pautas de suas mobilizações: o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

² É proposta a categoria *entre-marchas* para dar conta do recorte temporal presente entre uma edição da Marcha e outra, a fim de visibilizar que os períodos entre as edições são marcados pela preparação nos estados e pela articulação política nacional, realizadas de forma exitosa ao longo de sete edições, de maneira que a mobilização é construída há mais de duas décadas continuamente.

(PADRSS). Esse projeto, que tem como foco a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar³, é elaborado desde 1995 pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e é considerado pela Contag como uma “referência política–pedagógica nacional para a formação sindical” (Contag, 2022, p. 34).

O ponto de partida para a elaboração e implantação de um projeto alternativo é a concepção de desenvolvimento. O MSTTR entende [...] que o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas têm que estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça (ENFOC, [s.d.]).

Aprovado em 1998, o projeto trouxe elementos importantes para a participação das mulheres no movimento sindical, destacando o compromisso com “[...] a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade para as mulheres; [...] na organização e na luta sindical, na dimensão produtiva e na defesa de políticas públicas específicas” (Contag, 2022, p.20). A presença de tais elementos está relacionada à participação das mulheres na estrutura da Contag, que, naquela década, se consolidava a partir da política de cotas instituída e que seria um importante fator para que, dois anos depois, fosse realizada a primeira Marcha das Margaridas.

A participação das mulheres, especialmente a partir da implementação da política de cotas, além da ampliação e qualificação da sua plataforma política, resultou em importantes contribuições para o conjunto do MSTTR e para a construção do PADRSS. A expressão maior do crescente protagonismo das mulheres está na realização da Marcha das Margaridas que, em sua dimensão política e simbólica, deu visibilidade às trabalhadoras do campo e da floresta, com toda a diversidade étnico-cultural, construiu plataformas e pautas de reivindicação e fortaleceu sua capacidade de diálogo e negociação de políticas públicas (CONTAG, 2013, p. 95).

No que tange aos temas trabalhados pela Marcha das Margaridas, o PADRSS representou um ponto de partida e segue sendo basilar, mas não é o único elemento a ser levado em conta na formulação desta ação estratégica, que é profundamente marcada por uma abordagem de gênero. Nesse sentido, também fazem parte da Marcha movimentos sociais e organizações feministas, de forma que pautas feministas, antes não trabalhadas dentro da estrutura do MSTTR, foram sendo absorvidas e, inclusive no PADRSS, passa

³ Vale destacar que “agricultura familiar” enquanto categoria só passou a ser adotada pelo MSTTR em 1995, quando foi realizado o 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (CNTR). Outro ponto que vale destaque é que o PADRSS já trazia a nomeação “sujeitos do campo, da floresta e das águas”, que se tornou um léxico comum no vocabulário político da Marcha das Margaridas.



a ser dado destaque ao “reconhecimento e valorização da organização e protagonismo político das mulheres em suas diferentes formas [...] que se expressa na capacidade de articulação e de construção de parcerias da Marcha das Margaridas” (Contag, 2013, p.12).

A contar da primeira edição, ocorrida em 2000 sob o lema "2000 Razões para Marchar contra a Pobreza e a Violência Sexista", a Marcha das Margaridas já acumula quase 25 anos de trajetória, perpassada por sete edições. Contudo, não é possível restringir a MM aos expressivos momentos de marcha na esfera pública, pois há uma construção política e pedagógica anterior, como veremos nas seções a seguir.

Os cadernos de textos e debates da Marcha das Margaridas

Por se tratar de uma articulação nacional, importa destacar a Coordenação Ampliada da MM, que se constitui como um espaço sintetizador dessas discussões e que, com o acúmulo político, define o lema de cada edição. A partir desta definição, são produzidos os cadernos de texto, um material-guia pensado para conduzir o processo de educação política e formação da Marcha e apresentar para as bases os eixos de cada edição em maior profundidade. A citação a seguir se refere ao processo de escrita dos cadernos de debates, realizada em uma Oficina de Escrita dos Cadernos de Texto da MM para a edição de 2019, formato que se repetiu em 2023.

Os Cadernos de Debate são importantes materiais de divulgação e formação para a Marcha [...] sendo constituído [nas Oficinas de Cadernos de Textos] por mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade dirigentes sindicais da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e das organizações parceiras da Marcha das Margaridas, colaboradoras, pesquisadoras, educadoras populares, assessoras/es da Contag, FETAGs e de organizações parceiras. Um dos objetivos do encontro [da Oficina] foi dar encaminhamento à elaboração do material (CONTAG, 2019b apud Sobreira, 2022, p.130)

Os cadernos, ao serem construídos nesse espaço de participação ampliada, não são produzidos de forma restrita apenas pela Secretaria de Mulheres da CONTAG, mas seguem uma lógica que se repete em diversas ações da Marcha: a busca por representação de todas as delegações que a compõem. No espaço “Oficina de Construção do Caderno de Estudos da Marcha das Margaridas”, estão presentes tanto as coordenadoras das

delegações estaduais⁴, quanto mulheres de organizações parceiras, na condição de representantes de suas bases e federações, para que as Margaridas possam ser representadas em sua diversidade.

Em cada uma de suas edições, a Marcha das Margaridas realiza um amplo processo de construção de sua plataforma política através de reuniões com a Coordenação Ampliada da Marcha - responsável por debater nos movimentos parceiros, nas Federações, sindicatos e comunidades rurais os pontos que integram sua plataforma política, assim como também promove ações de formação política com mulheres lideranças rurais que irão replicar tais formações também em suas bases (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).

Os cadernos representam, então, uma elaborada fonte para o aprendizado, o debate e as trocas entre as Margaridas, de modo que a Marcha gera também subsídios para um processo formativo em torno dos temas que levanta e se propõe a debater.

Realizando um levantamento na ficha técnica dos 14 cadernos de texto da sétima edição da MM, percebe-se a presença, seja na etapa de redação e edição final do texto, nas contribuições ao texto ou nas contribuições ao debate, as seguintes parceiras: Grupo de Pesquisa Food for Justice (Universidade de Heidelberg - Alemanha); Articulação de Mulheres Brasileiras; Instituto de Estudos de Gênero/UFSC; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; União Brasileira de Mulheres; UFRGS; GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); FASE; Marcha Mundial das Mulheres; CONTAR; UnB; CUT; Terra de Direitos; Engajamundo; AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia Polo da Borborema; UFV; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Mídia Ninja e ainda há menção às demais participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023, ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília.

Os cadernos de texto podem ser lidos enquanto materiais político-formativos que fazem parte da intencionalidade da Marcha das Margaridas de promover bases para educação política, e que também explicitam posicionamentos deste conjunto de mulheres articulado na MM sobre várias questões políticas conjunturais. Dessa maneira, o conjunto de cadernos é “também um instrumento de formação e pesquisa que pode ser acessado em formato impresso, sobretudo, pelas participantes da Marcha, assim como dirigentes do movimento sindical, feminista, pesquisadores (as) e outros” (Silva, 2015, p.101).

⁴ As coordenadorias das delegações estaduais são compostas pelo corpo das mulheres que ocupam as Secretarias de Mulheres das Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) nos estados, dentro do Sistema Contag. É por meio dos congressos eleitorais de cada federação que as diretorias das entidades são decididas.

Para que possamos debater o aspecto pedagógico dessa produção, é preciso antes entender de que forma a Marcha das Margaridas pode ser lida a partir de suas práticas educativas. Esta discussão se dará na seção a seguir.

A formação política e a Marcha das Margaridas

Para tratar do aspecto formativo presente na Marcha das Margaridas, pode-se traçar um paralelo com a investigação de Caldart (2000), em "Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola". Em uma das seções deste trabalho, intitulada "O movimento social como sujeito pedagógico", a autora apresenta importantes pistas sobre aspectos formativos presentes em movimentos sociais, a partir do que traz o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) enquanto um sujeito pedagógico que produz, entre teoria e prática, uma experiência de formação humana (p. 199).

A Marcha das Margaridas não se constitui enquanto um movimento social tal qual o MST, pois se apresenta enquanto ação estratégica coletiva que aglutina diversos movimentos sociais, organizações e coletivos, com o protagonismo de mulheres do campo, das águas e das florestas. Entretanto, partindo deste ponto e entendendo o caráter processual da MM, é possível visualizar que tal ação estratégica não se restringe aos momentos de marcha em Brasília, mas que se constitui enquanto ação contínua, como um sujeito pedagógico, com múltiplas ações formativas para dentro e fora do MSTTR.

De acordo com a Política Nacional de Formação (PNF) da CONTAG, “todos os espaços do MSTTR são considerados formativos, tanto na modalidade de formação programada quanto na de formação na ação” (Contag, 2022, p. 72). A Marcha das Margaridas é lida na modalidade de formação na ação, que é definida no trecho a seguir:

É aprender com as experiências do cotidiano do movimento sindical, que tem como conteúdos a vida e as lutas, evidenciadas a partir de variadas atividades, como: mobilização e luta (campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões, Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, Jornadas Pedagógicas, entre outras); articulação (reuniões nas comunidades, visitas aos locais de trabalho, panfletagem nas feiras, portas de banco, entre outras); gestão sindical (plantões na sede do sindicato, reuniões de diretoria, conselhos, congressos, reuniões nas comunidades rurais e de organização e planejamento das finanças das entidades); e atividades culturais (festivais, gincanas, mostra de arte e cultura, feiras, torneios esportivos, entre outras). Nessa perspectiva, segundo Freire (1981), como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, e o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade, decorrentes desta presença (CONTAG, 2022, p.72).

Essa ideia freireana de transformação da realidade a partir de um processo de conscientização e de ação constante é absorvida pela ação das Margaridas. Em resposta ao mundo que se apresenta às mulheres do campo, das águas e das florestas, marcado por negações de direitos, a Marcha das Margaridas elabora um modelo de ação reivindicatório, formativo, organizativo, que é, sobretudo, crítico aos sistemas que oprimem as mulheres. Alinhando-se aos termos de Freire, que defende que “a conscientização não pode existir fora da *práxis*, ou melhor, sem o ato ação–reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (Freire, 1979, p.15).

Para essa investigação sobre as pedagogias em movimentos sociais, também é possível estabelecer um diálogo com a produção de Arroyo (2003) sobre as práticas educativas que partem dos movimentos sociais. O autor enxergou nessa relação potencialidades formativas não apenas para as pessoas que constroem os movimentos, mas também considerando que podem representar “uma matriz educativa em nossas sociedades, que dimensões eles formam e que aspectos eles trazem para a teoria pedagógica e para o fazer educativo tanto nas propostas de educação formal quanto informal” (Arroyo, 2003, p.30). Segundo o autor, os movimentos sociais do campo trazem à tona concepções esquecidas em outros contextos educacionais, como a relação entre cultura, território e identidade, o que produz uma formação enraizada nas vivências e na defesa de direitos, ao mesmo tempo que é fundamentada em bases teóricas profundas. Nesse sentido,

[...] revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território. Dimensões esquecidas e que os movimentos sociais recuperam, enriquecendo, assim, a teoria pedagógica; abrindo novos horizontes às políticas de formação de educadores. Formação colada ao território, à terra, à cultura e tradição do campo (ARROYO, 2007, p.163).

O presente artigo argumenta que a Marcha das Margaridas traz todos esses elementos citados: o direito à educação do e no campo, que aparece como Eixo 12 na MM 2023, é defendido na chave de uma educação não sexista e antirracista, assim como o Eixo 7 traz a defesa da democratização do acesso à terra pela garantia dos direitos

territoriais e dos maretórios⁵. Nos materiais dos cadernos de texto da Marcha, são trabalhadas ainda as dimensões que envolvem a relação corpo-território das mulheres, a divisão sexual do trabalho, são apresentados os tipos de violência de gênero e aprofundados outros temas, como será apresentado na seção a seguir.

A Marcha das Margaridas e uma educação política sensível ao gênero

Em “Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano”, Kuhnen (2022) realiza uma interessante análise: a partir das leituras dos cadernos de textos e debates produzidos no contexto da edição de 2019 da MM, a autora aponta relações entre as ideias apresentadas nos documentos da MM e o amplo paradigma ecofeminista. A leitura do trabalho citado permite visibilizar como os documentos produzidos pela MM se nutrem de diferentes linhas feministas.

Neste sentido, os cadernos de texto da Marcha das Margaridas podem ser analisados enquanto materiais político-formativos, que fazem parte de um escopo de uma educação política sensível a gênero, sexualidade, geração, classe, cor/raça, desenvolvida na MM. A intencionalidade em gerar um processo de formação política é apontada logo no primeiro caderno de textos da edição de 2023, que traz a apresentação do lema e dos treze eixos da Marcha das Margaridas daquele ano. No material, está colocado também que os cadernos de estudos servem como base para debates a serem realizados nas comunidades e territórios.

Para contribuir com esse processo de formação política, que chamamos de formação na ação, a CONTAG e as organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2023 faz chegar até vocês esses cadernos de estudos, com a intenção de subsidiar os debates nas comunidades. Eles trazem a apresentação do lema e mais os 13 eixos políticos que nos levam a marchar (CONTAG, 2003a, p. 2).

O primeiro caderno é focado na apresentação do lema “Margaridas Em Marcha – Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver”. Neste caderno é explicado o porquê da

⁵ O caderno 8 “Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios”, assim define o conceito maretório: “As águas também são territórios para a população costeira do Brasil que vivem das marés, dos lagos, rios e da pesca. Para as mulheres que trabalham nas marés e que têm seus cotidianos, horários, relações sociais influenciadas pelo movimento das águas, seu território de trabalho e de vida são os maretórios, o território das marés. O MARETÓRIO, junção de maré com território, é uma palavra que passou a ser usada em 2001 e está relacionada à criação das Reservas Extrativistas (Resex) e muito utilizada para se referir aos territórios influenciados pela maré, que por sua vez é influenciada pelos ciclos lunares ou pelas mudanças climáticas” (Contag, 2003h, p.4).

palavra “reconstrução”, e apresentado o significado de Bem Viver, em um reconhecimento de construções de povos originários da América Latina para o pensar de um projeto de sociedade pautado pela solidariedade e pela coletividade:

O Bem Viver nasceu da experiência de vida coletiva de alguns povos e nacionalidades indígenas, e expressa suas formas de organização social e do viver coletivo, e as práticas políticas. Ele nos ensina que é possível construir relações de solidariedade e coletividade por meio de valores e princípios comuns [...] Quando as Margaridas apontam o Bem Viver como o sentido do Brasil que elas querem reconstruir, elas estão reafirmando a possibilidade de: estabelecer uma relação de não-exploração com a natureza; usufruir do direito de viver em suas terras e territórios; mudar os moldes de produção e consumo, e propor novas formas de produção de alimentos, de modo a fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional; participar plenamente na política e nos espaços de decisões; limitar a concentração de riqueza (CONTAG, 2023a, p. 10).

Os cadernos de textos também contextualizam o entre-marchas vivido entre a edição anterior e a atual, de modo que a conjuntura política influi tanto nos lemas e nos eixos temáticos, como na forma que cada questão será trabalhada pelos cadernos.

O caderno de apresentação traz um tom de celebração, destacando a derrota eleitoral de um governo de extrema direita, ao qual as Margaridas faziam oposição, no que afirmam que em 2019 marchavam “para resistir”. O mote da reconstrução foi desenvolvido a partir do cenário da reeleição do presidente Lula, cuja aproximação com a Marcha das Margaridas foi construída historicamente, sem, contudo, idealizar que tal reconstrução se daria sem a mobilização, pressão e atuação das Margaridas em prol de suas pautas.

Celebramos a eleição do Presidente Lula e a possibilidade de reconstrução democrática do Estado de Direito em nosso país. Essa reconstrução exige a força e a determinação necessária para superação dos retrocessos que o governo anterior impôs as nossas vidas e à vida do nosso povo; e o firme compromisso com a retomada das políticas públicas para agricultura familiar, mas, sobretudo, para nós mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e das cidades (CONTAG, 2023a, p. 2).

Ainda no caderno de apresentação do lema, são elencados os títulos dos treze eixos políticos. No quadro abaixo, são apresentados os títulos dos cadernos, sendo que cada um trabalha um eixo temático da Marcha das Margaridas 2023. Os cadernos aprofundam os debates e trazem perguntas para incentivar trocas e debates entre as Margaridas, ao passo que explicitam o posicionamento da MM sobre várias questões políticas.

Títulos dos Cadernos de 2023 - VII Edição da Marcha das Margaridas

CADERNO 1	Margaridas Em Marcha – Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver (Apresentação)
CADERNO 2	EIXO 1 - Democracia Participativa e Soberania Popular
CADERNO 3	EIXO 2 - Poder e participação política das mulheres
CADERNO 4	EIXO 3 - Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo
CADERNO 5	EIXO 4 - Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade
CADERNO 6	EIXO 5 - Proteção da natureza com justiça ambiental e climática
CADERNO 7	EIXO 6 - Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética
CADERNO 8	EIXO 7 - Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maréórios
CADERNO 9	EIXO 8 - Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns
CADERNO 10	EIXO 9 - Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional
CADERNO 11	EIXO 10 - Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda
CADERNO 12	EIXO 11 - Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária
CADERNO 13	EIXO 12 - Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo
CADERNO 14	EIXO 13 - Universalização do acesso à internet e inclusão digital.

Fonte: Biblioteca da Marcha das Margaridas (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2023).
Elaboração da autora.

A fim de que se realize uma leitura sobre a formação política apresentada pela MM no sentido de investigar de que forma ela produz uma educação política não-sexista e sensível ao gênero a partir das experiências das mulheres dos campos, das matas e das florestas, elegeu-se três temas-chave para enredar a discussão proposta: corpos-território; participação e representação das mulheres e divisão sexual do trabalho. Vale destacar que esses temas são transversais ao longo dos cadernos, tendo menções em mais de um eixo, como veremos a seguir.

Corpo-território

A noção de "corpo-território" é trabalhada por Gago (2020) no livro "A potência feminista ou o desejo de transformar tudo" de modo ímpar. A autora demonstra que a construção desse conceito político "evidencia como a exploração dos territórios comuns

e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação" (p. 107), ao mesmo tempo que constitui "um diagnóstico feminista" (p. 118).

Nesse sentido, a noção corpo-território no contexto das lutas protagonizadas por lideranças territoriais é estratégica, pois se torna um ponto de análise, compreensão e ação prática que explica tanto o caráter extensivo quanto o intensivo da extração atual e a relação orgânica entre a acumulação de capital e a violência heteropatriarcal e colonial hoje. E o faz produzindo um diagnóstico feminista dessa conflituosidade [...] (GAGO, 2020, p.118)

No caderno de apresentação da Marcha das Margaridas de 2023, ao ser destrinchado o sentido da *reconstrução* que é trazido no lema, se afirma que a Marcha das Margaridas objetiva alcançar na sociedade “uma convivência sem desigualdades, [...] em que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham autonomia sobre seus corpos-territórios; e, por fim, cultivar relações em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos” (Contag, 2023a, p. 10). Contudo, não há neste caderno uma definição sobre o que seria “corpo-território”.

O conceito só é mais bem explicitado no caderno 5, que vincula seu uso a uma analogia entre corpos e territórios, destacando que ambos carregam “vida, memória e sensibilidade” ao passo que também “são condicionados pelas dores e explorações que se expressam em seus lares e comunidades, pelos conflitos por terra ou violência racista e sexista que vivenciam” (Contag, 2023e, p.7-8). A respeito dessas dores e explorações, o caderno 4, “Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo”, apresenta os “corpos-territórios” das mulheres como espaço em que “habita o ser, e onde se materializa o racismo e o machismo” (Contag, 2023d, p.2).

Interessante destacar também que, neste caderno, são nomeadas e explicadas diversas faces da violência de gênero, tais quais: violência física; psicológica; sexual; patrimonial; moral; lesbofóbica; transfóbica; etária de gênero; capacitista; obstétrica; política contra mulheres; em espaços públicos e virtuais; contra as mulheres do campo, da floresta e das águas - em síntese, violências contra os corpos-territórios das mulheres. Uma leitura interseccional sobre as violências é desenvolvida, com destaque para o conceito de *corpos-territórios*.

As mulheres do campo, da floresta e das águas enfrentam diversas formas de violência para garantir o direito de existir e pertencer aos seus territórios. São muitos os trajetos, as histórias e as formas de violência vividas por essas mulheres, que carregam em seus corpos o peso das opressões históricas operadas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, que, associado às

condições de desigualdade de gênero, [constitui] uma dinâmica de luta permanente para a superação de processos infinitos de violência vividos em diversos espaços - no território onde vivem, na casa, na família, na comunidade, nos espaços políticos e pelo próprio Estado. Trata-se de violências que assumem requintes de maior crueldade nos **CORPOS-TERRITÓRIOS** das mulheres, onde habita o ser, e onde se materializa o racismo e o machismo (CONTAG, 2023d, p.2).

Na mesma linha, no quinto caderno de estudos, cujo tema é “Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade”, são destacados em quadros explicativos que aparecem ao longo do caderno, em uma espécie de glossário, os seguintes termos: sexualidade; orientação sexual; direitos sexuais; violência obstétrica; direitos reprodutivos; justiça reprodutiva.

Os títulos dos cadernos 4 e 5 demonstram uma atualização do que é central na MM desde a primeira edição. O fim da violência sexista é parte do lema da primeira Marcha das Margaridas em 2000, sendo a violência uma pauta central das lutas construídas pela Marcha das Margaridas a partir de então. A postura de combate ao racismo atrelada ao combate do sexismo parece ser uma postura interseccional para o projeto político da Marcha das Margaridas, de forma mais recente. Em 2019, um único caderno reunia os temas dos cadernos de 2019 e 2023. O subtítulo, que traz os elementos de “autonomia e liberdade” em relação ao “corpo e sexualidade”, também se relaciona a pautas feministas.

Nas duas últimas edições, 2019 e 2023, a noção de corpo-território e a defesa da autonomia dos corpos aparecem de forma entrelaçada e há algumas passagens que fortalecem essa ideia, entre as quais é possível citar “a violação de direitos e territórios às mulheres do campo, da floresta e das águas, se estende aos seus corpos, que também são violados” (Contag, 2023f, p.10); e “outra questão fundamental é o efeito causado pela mineração sobre o meio ambiente e a vida das mulheres, afetando nossos corpos, que levam ao adoecimento e mortes” (Contag, 2023g, p.7). Dessa forma, uma perspectiva que alia os territórios e os maretórios às vidas das mulheres e às suas comunidades, se contrapõe ao projeto predatório de desenvolvimento em curso e posiciona as Margaridas em uma luta política em prol de seus direitos de forma holística.

É no território (e nos MARETÓRIOS) que os povos (re)significam suas culturas e modos de vida, se relacionam de modo interdependente com o ambiente onde vivem, se organizam econômica, social e politicamente em sociedades distintas, e se auto reconhecem enquanto povos. Por isso, a garantia de seus direitos territoriais é condição essencial e pressuposto básico para a realização dos demais direitos humanos (econômicos, sociais e culturais) e socioambientais. A violação desse direito gera uma série de violências,

impactos e consequências, que podem mesmo ameaçar a sua existência como povos (CONTAG, 2023h, p.6).

A partir da discussão acerca dos direitos territoriais, os cadernos de estudos relacionam as violações dos territórios a temas prioritários para as mulheres, de forma que se pode perceber que as “fontes” feministas para os debates propostos são plurais. Ao longo dos textos é possível identificar debates realizados no campo do feminismo camponês, do feminismo negro, e, no caso do termo “corpo-território”, a noção de “corpo-terra”, desenvolvida pelos feminismos comunitários da Guatemala, se faz presente, como nos mostram Moreira e Empinotti.

[...] a noção de território corpo-terra, que emerge dos feminismos comunitários da Guatemala (CABNAL, 2010) e é amplificada por diversos movimentos feministas e acadêmicas-ativistas na região. O conceito aproxima o território à tessitura da vida, implicando em uma forma de pensamento divergente da racionalidade moderna que entende o território como unidade administrativa e valorativa. Esse diálogo entre diferentes entendimentos e relações com o território é uma proposta a refletirmos como o planejamento aborda o gênero e interseccionalidades e como pode contribuir para superar o patriarcado, que faz perpetuar desigualdades e violências, bem como produz conflitos socioambientais (MOREIRA; EMPINOTTI, 2023, p.1).

Construções de diferentes vertentes feministas tecem os 13 eixos da Marcha das Margaridas 2023, de forma que as pautas são apresentadas com acúmulos das discussões feitas em favor de uma sociedade equânime, justa e com igualdade de gênero. As seções seguintes discorrem sobre outras pautas trabalhadas entre organizações feministas e movimentos sociais.

Participação e Representação das Mulheres

O lema da edição de 2023, “Pela reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver”, antecedido por “Margaridas em Marcha”, coloca as mulheres como agentes em favor reconstrução do país e na defesa de um projeto de sociedade pautado pelo Bem Viver, o que implica, entre outras coisas, em “participar plenamente na política e nos espaços de decisões” (CONTAG, 2023a, p.10), de modo que são as protagonistas desses processos.

Ou seja, já no lema da edição de 2023, as noções de participação política e representação política das mulheres, já se faz presente. Da mesma forma, analisando a construção histórica da Marcha das Margaridas, é possível reconhecer que para além dos lemas, a Marcha das Margaridas, no seu fazer, constitui um processo que mobiliza ambos os eixos.

Neste sentido, o caderno 2, “Democracia participativa e soberania popular”, postula que a reconstrução do país deveria ser realizada de maneira democrática, com participação política da sociedade civil e são apresentados conteúdos relacionados à democracia, trazendo explicações sobre os três tipos básicos de democracia: a direta, a participativa e a representativa. Além disso, é trabalhada a ideia de soberania popular e são desenvolvidas reflexões sobre a participação política e social e sobre os espaços nos quais se efetivam, destacando as implicações da supressão democrática para as mulheres e outras minorias sociais:

[...] para as mulheres do campo, da floresta e das águas, uma democracia plena pressupõe o fortalecimento da soberania popular e de suas formas de manifestação, a participação popular nas decisões políticas e a ampliação desses espaços de decisões; e a garantia da representatividade e participação efetiva dessas mulheres em todos os níveis de tomada de decisão da vida econômica e pública (CONTAG, 2023b, p. 14).

Já no caderno 3, “Poder e participação política das mulheres” fica explícito que tal participação política deve ser efetivada a partir da atuação das mulheres. Interessa também observar que os cadernos se iniciam com uma pergunta de tipo “Por que as Margaridas marcham por [...]?” seguida pelo eixo que será trabalhado em cada volume do material. No caso do caderno que trata da participação política das mulheres, a questão é: “Por que as Margaridas marcham por poder e participação política?”, tendo como resposta a disputa da esfera pública e o objetivo de “reafirmar que a política é um lugar para nós [Margaridas, mulheres], mesmo que nos digam ao contrário” (Contag, 2023c, p.2), para além de serem apontados dados que demonstram a sub-representação das mulheres na política.

Tal sub-representação é problematizada a partir do aspecto das violências contra as mulheres em espaços políticos. Em uma visão interseccional sobre a desigualdade, que é lida como estrutural, e resultante de “uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, reproduzida por relações de poder que se mantêm pelo uso da violência física e simbólica” (Contag, 2023a, p.19), o caderno de apresentação indica de partida que a violência é usada a fim de representar um impeditivo e/ou um obstáculo para que grupos minorizados possam ocupar tais espaços decisórios. Em razão disso, “a Marcha das Margaridas traz como um dos seus eixos: Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres” (Contag, 2023a, p.20).

A questão da participação de mulheres e outras minorias sociais é tratada tanto no que diz respeito a cargos públicos de representação e no sistema político eleitoral como



também no tocante ao processo em curso da democratização da participação das mulheres em seus sindicatos, organizações e movimentos sociais.

Divisão Sexual do Trabalho

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, o no caderno 13 “Educação Pública não-sexista e antirracista e direito à educação do e no campo” que a noção de divisão sexual do trabalho é definida, com o texto do trecho citado a seguir:

Divisão sexual do trabalho: é a atribuição de tarefas ou responsabilidades diferentes a homens ou mulheres, que embora justificadas pelas diferenças do sexo biológico são, na verdade, resultado das relações sociais, que historicamente organizam o trabalho na sociedade. Em linhas gerais, tem por característica a responsabilização dos homens pelas atividades produtivas e das mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e rendimentos das mulheres, já que elas são destinadas a ocupações menos valorizadas socialmente de baixa ou nenhuma remuneração (CONTAG, 2023l, p.4).

Contudo, para além dessa definição, as discussões sobre trabalho e gênero acabam por mobilizar outros conceitos, tais quais: desigualdade de gênero; trabalho do cuidado; formatos de trabalho em si; autonomia; emprego; renda; e previdência. Já no caderno de apresentação, o trabalho do cuidado é mencionado enquanto “tarefa de cuidados”, em meio a uma série de denúncias de um desmonte de um conjunto de políticas públicas de proteção social no ciclo do governo Bolsonaro (2018-2022). Entre as políticas de proteção social, cujo processo de precarização é apontado, destacam-se as creches, escolas infantis, e com unidades de saúde insuficientes para atender às suas demandas. No mesmo tópico, afirma-se que o desmonte foi um fator de reforço à divisão sexual do trabalho, “uma vez que o trabalho de cuidados recai sobre as mulheres” (Contag, 2023a, p. 5).

No caderno 11, “Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda”, é melhor explicada a questão da divisão sexual do trabalho e apresentada a ideia de justa divisão do trabalho, que a Marcha das Margaridas considera como elemento fundamental para “reconstruir a sociedade sob novas bases” (Contag, 2023j p.2). Neste mesmo caderno é levantada a seguinte questão: como se expressam as desigualdades relacionadas ao trabalho para as Margaridas? Em resposta, é apontada a divisão sexual do trabalho nos roçados, quintais e dentro de casa, além de serem nomeados os trabalhos doméstico e de cuidados e ser criticada a visão que apenas classifica como trabalho produtivo aquele realizado fora do ambiente doméstico.

O caderno aponta, quase em um tom de conversa com a leitora do material, que “a roça é o lugar prioritário de trabalho dos homens”, de forma que o mesmo trabalho, quando realizado por mulheres, será considerado apenas uma “ajuda”, sendo colocado na invisibilidade e no lugar de não-reconhecimento. (Contag, 2023j, p.5). Além de apontar a injusta divisão do trabalho e a desvalorização do trabalho das mulheres, o material também auxilia as Margaridas a realizarem o caminho inverso, em valorizar o trabalho que desempenham, ao passo que denunciam as jornadas de trabalho não remuneradas que realizam.

Somando todas as horas de trabalho - remunerado e o não remunerado, mais as horas que se dedica aos cuidados e aos afazeres domésticos - somando tudo isso, as mulheres têm mais trabalho por semana do que os homens. Isso significa que há uma desigualdade na divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres maiores responsabilidades do trabalho não remunerado e, consequentemente, mais tempo de trabalho semanal em relação aos homens. Por reconhecer esse diferencial, na divisão sexual do trabalho, a previdência social estabeleceu uma regra segundo a qual as mulheres trabalhadoras rurais, do campo, das florestas e das águas, podem se aposentar aos 55 anos, e não esperar até os 60 anos, como os homens. Então esses cinco anos de diferença entre homens e mulheres na idade de aposentadoria é uma regra que visa “compensar” relativamente às mulheres. (CONTAG, 2023j, p.13).

Essas discussões são subsidiadas por debates feitos no contexto da economia feminista e da economia solidária, mostrando outras formas das Margaridas pensarem sobre a organização produtiva e fazendo um chamamento para que tal organização possa levar em conta a perspectiva feminista, “a partir de associações, cooperativas e grupos de mulheres que trabalham com produção e beneficiamento de alimentos agroecológicos, artesanato e práticas agroextrativistas” (Contag, 2023k, p.8). São citadas também iniciativas como a realizada por mulheres da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste na “Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico” e as Cadernetas Agroecológicas, tecnologia social elaborada para que cada mulher possa visualizar, reconhecer e apropriar-se de suas produções.

As Cadernetas Agroecológicas entram em diálogo com o que é apresentado no caderno 10, “Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional”, que traz importantes noções sobre o trabalho do cuidado relacionando-o com os movimentos feministas e os acúmulos da agroecologia, indicando que a agroecologia bebe das fontes das mulheres que a constroem e que “[...] têm lutado para que a sociedade, as instituições e o Governo [...] reconheçam [...] o trabalho doméstico e de cuidados, [...] como fundamentais para a sustentabilidade da vida” (Contag, 2023i, p. 6).

Neste ponto vale trazer a contribuição de Moreira (2019) que investigou as articulações da Marcha em favor da agroecologia e vice-versa. Um dos principais lemas dos movimentos pela agroecologia, “Sem feminismo, não há agroecologia”, consolidou-se ao longo de congressos e eventos agroecológicos, e da construção junto à Marcha das Margaridas, uma frente contrária a “posturas conservadoras de alguns autores que buscavam reforçar uma concepção tecnicista da agroecologia no Brasil” (Moreira, 2019, p.71).

No caderno 11, ao se trabalhar o eixo 10 “Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda”, é levantada a questão “E entre as mulheres do campo, da floresta e das águas, como se expressam as desigualdades relacionadas ao trabalho?”, tendo como resposta:

Nós, mulheres, retiramos dos nossos quintais quase toda a alimentação da família. Provenho trocas entre a vizinhança, como por exemplo, hortaliças por ovos, além de presentear parentes e amigas(os) com produtos colhidos das hortas ou quintais. Também cultivamos plantas medicinais que substituem medicamentos. Essas atividades corriqueiras têm um significado econômico que nem sempre é levado em conta. Aquilo que é produzido nos quintais vai para o autoconsumo, prioritariamente, e o que sobra é comercializado. Mesmo gerando alguma renda, o fato desse trabalho ser considerado extensão do trabalho doméstico, faz com que ele não seja considerado produtivo, nem valorizado, inclusive do ponto de vista social ou econômico/monetário. Por isso, mesmo sendo responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida da família e da sociedade, dados do Censo 2010 mostravam que cerca de 34,1% das mulheres residentes em áreas rurais não possuíam rendimento monetário (IBGE, 2014). (CONTAG, 2023j, p.5)

Os cadernos de estudos da MM (2023) e o processo de educação política

Os cadernos de texto podem ser lidos, no contexto da investigação deste artigo, a partir da ideia de educação não-formal nos termos de Gohn (2006), que diz respeito aos processos educativos que se encontram fora da escola formal. Essa discussão é inclusive trazida no caderno que trabalha com o eixo 12, “Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo”, no qual as práticas educativas são lidas pela Marcha das Margaridas como “educação não escolar”:

O termo “educação não escolar” se refere aqui aos processos formativos que ocorrem fora da escola e são desenvolvidos por organizações, movimentos sociais, sindicatos e outros grupos, por meio de cursos, oficinas, atos culturais, assembleias populares, reuniões etc. Estes espaços assumem um papel tão importante quanto o da escola, no sentido de construir processos educacionais não sexistas e antirracistas e formar cidadãos e cidadãs que leiam, interpretem e ajam no mundo de forma crítica e autônoma (CONTAG, 2023l, p.3).

Os cadernos aprofundam debates, servem de subsídio e estimulam os debates e fazem parte do escopo educacional da Marcha, sendo complementares às rodas de conversa, aos cursos ofertados pela Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC) voltados para as margaridas, aos cadernos de pautas apresentados para as instâncias governamentais, às reuniões que ocorrem nos âmbitos nacional, regional, estadual e municipal, às oficinas, às atividades da programação dos dias de Marcha em Brasília. Em síntese, tudo que envolve *fazer-a-Marcha*, faz parte do fazer pedagógico da Marcha das Margaridas, o que podemos relacionar inclusive com um dos bordões da Marcha Mundial das Mulheres, adotado também pela MM, “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

Há, no final de cada caderno de 2023, uma série de perguntas que objetivam suscitar o diálogo e, ao questionar as mulheres sobre como cada questão é vivida nos territórios, entrelaça-se a teoria trazida à reflexão sobre sua própria realidade, como é mostrado no exemplo citado abaixo.

Para debater mais... Como as questões trazidas pelo texto sobre democracia participativa e participação política das mulheres são vividas nos seus territórios? A partir das reflexões provocadas pelo texto, quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios? Quais seriam as propostas para superação desses desafios? (CONTAG, 2023c, p.10)

Vale destacar, ainda, que o material não direciona a responsabilidade da realização desses debates a uma figura específica ou às Secretarias da Mulher da Contag. Desta forma, por mais que as dirigentes sindicais desempenhem papéis de destaque no processo organizativo, todas as Margaridas são reconhecidas como sujeitos políticos no fazer político-pedagógico da Marcha, que, como trazido anteriormente, se dá no movimento, de maneira que entre quem forma e quem é formado, não há uma delimitação fixa, em uma perspectiva freiriana sobre a prática pedagógica.

[...] presença de sujeitos - O sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que, aprendendo, ensina; [...] objetos de conhecimento a ser ensinados pelo educador e a ser apreendidos pelos educandos para que possam aprendê-los; [...] Objetivos mediatos e imediatos a que se destina ou se orienta a prática educativa; [...] Métodos, processos, técnicas de ensino, materiais didáticos, que devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado (FREIRE, 2001, p.35).

Neste sentido, reconhece-se que, apesar de funcionarem como uma base fundamental para que os eixos da Marcha sejam apresentados, os cadernos de texto são apenas uma esfera de formação política da MM. Uma questão sobre o alcance, já levantada em Aguiar (2015): seria esse material capaz de alcançar todas as Margaridas

que participam da Marcha? Ao decorrer desta investigação, pode-se notar que os cadernos de texto e debates, elaborados para funcionar como objeto de formação política, tem um alcance e abrangência limitados, como é exemplificado a seguir.

O caderno de textos é mais utilizado em encontros estaduais, encontros regionais ou de polos sindicais. Algumas dirigentes revelaram que, embora ele contenha um material rico e importante, apresenta um vocabulário não muito acessível às trabalhadoras rurais, algumas se referiram à linguagem utilizada como “mais acadêmica”, em contraposição ao panfleto cujo vocabulário é mais acessível e de mais fácil compreensão. Por se tratar de um texto curto, de um linguajar mais simples e direto, e por sua reprodução ser mais viável, do ponto de vista financeiro, os panfletos são mais utilizados. Com esse material em mãos, as lideranças municipais e/ou comunitárias promovem reuniões em seus sindicatos, suas comunidades ou povoados para apresentarem e discutirem os temas nele abordados. A sua utilização facilita a transmissão de informações básicas sobre a Marcha, levadas pelas lideranças a essas localidades, com o objetivo de chamar as mulheres a se organizarem e dela participar. Aliás, uma motivação importante para a participação das mulheres é obter maior conhecimento sobre esses temas, uma vez que elas se ressentem de falta de informações (AGUIAR, 2015, p.292;293).

O fato de a amplitude de alcance do material trabalhado neste artigo ser limitado não quer dizer que o processo formativo apontado é invalidado, pelo contrário, nos ajuda a enxergar mais uma característica da educação não-formal. Segundo Gohn (2006), nos termos da educação não-formal, não há “sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado” (Gohn, 2006, p.31), elementos que representam lacunas no processo de formação política da Marcha das Margaridas. Desta forma, a falta de um “controle” sobre o processo de ensino, sendo este nesse caso, o processo educativo contido na Marcha das Margaridas, demonstra que o seu processo de educação política difere dos tradicionais que se dão em outros contextos educacionais fora dos movimentos sociais.

Conclusão

Este artigo buscou analisar o aspecto formativo da Marcha das Margaridas a partir dos cadernos de texto da edição de 2023, com enfoque em eixos atravessados por questões de gênero direcionadas às mulheres. Por meio dessa abordagem, foi possível observar que a MM se formula em um fazer contínuo que é composto pelos momentos de marcha em Brasília, mas que vai além deles, através de formulação de materiais de educação política.

Para que fosse possível realizar tal leitura, estabeleceu-se um diálogo entre autores que trabalham com a perspectiva de que os movimentos sociais, as práticas comunitárias e outros contextos de participação coletiva representam potencialidades educativas.

A partir dessa noção, focou-se nos cadernos de estudo, materiais produzidos para a formação política das Margaridas, que nascem coesos com o projeto da Marcha justamente, enraizados na agência dessas mulheres. Ao trabalhar com a noção de corpo-território, com o debate sobre a participação e representação das mulheres e com o tema da divisão sexual do trabalho, os materiais dos cadernos de texto da Marcha das Margaridas formulam bases sólidas para um processo de formação política sensível ao gênero, sobre temas que dizem respeito à vida das mulheres dos campos, das águas e das matas, para as quais esse material é direcionado.

Indica-se, como agenda de pesquisa, uma investigação futura que apure melhor a capilaridade desses materiais nos territórios, mapeando estratégias de trabalhos político-pedagógicos que os mobilizem, de maneira a entender como são trabalhados em diversas localidades e como os temas chegam e são absorvidos pelas Margaridas.

O que se pode concluir a partir desta investigação é que a formulação do conjunto de cadernos constitui um processo de formação política para as mulheres que o elaboram e o postulam como um material que dará sequência a esse processo de formação, subsidiando os debates nas bases. Além do aspecto formativo, o material produzido a cada Marcha funciona, também, como registro e recorte histórico de um período político, que se atualiza em cada entre-marchas e que reflete, fundamentalmente, uma formação contínua e consolidada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Somos todas margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2015.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cadernos Cedes, v. 27, p. 157-176, 2007.



CONTAG. Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. 2013.

CONTAG. Caderno 1. Margaridas em Marcha Pela Reconstrução do Brasil e Pelo Bem Viver. Brasília, DF. 2023a.

CONTAG. Caderno 2. Democracia Participativa e Soberania Popular. Brasília, DF. 2023b.

CONTAG. Caderno 3. Poder e participação política das mulheres. Brasília, DF. 2023c.

CONTAG. Caderno 4. Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo. Brasília, DF. 2023d.

CONTAG. Caderno 5. Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade. Brasília, DF. 2023e.

CONTAG. Caderno 6. Proteção da natureza com justiça ambiental e climática. Brasília, DF. 2023f.

CONTAG. Caderno 7. Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética. Brasília, DF. 2023g.

CONTAG. Caderno 8. Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios. Brasília, DF. 2023h.

CONTAG. Caderno 10. Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF. 2023i.

CONTAG. Caderno 11. Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda. Brasília, DF. 2023j.

CONTAG. Caderno 12. Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária. Brasília, DF. 2023k.

CONTAG. Caderno 13. Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo. Brasília, DF. 2023l.

CONTAG. Política Nacional de Formação – PNF. Brasília, DF. 2022.

ENFOC. PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (s.d.). Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/padrs>. Acesso em 26 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.



FREIRE, Paulo. *Política e Educação: Ensaios*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época. v.23).

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo feminista de mudar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: *Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social*. 2006.

GOHN, Maria da Glória. Paulo Freire e a formação de sujeitos sócio políticos. *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*. v. 5, n. 8, p 17-41. 2009.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. *Revista Pedagógica*, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020.

KUHNEN, Tânia Aparecida. *Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco)feminismo latino-americano*. Sul-Sul: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 124–147, 2020. DOI: 10.26570/sul-sul.v1i1.411.

MARCHA DAS MARGARIDAS. 2023. Disponível em: [<https://www.marchadasmargaridas.org.br/>]. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MOREIRA, Sarah Luiza Souza. *A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil*. 2019. Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós- Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2019.

MOREIRA, Sarah; THEODORO, Suzi Huff. A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o (s) feminismo (s). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 31, n. 2. 2023.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 2022. 217f. il. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.